

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

TEMA:

**ARQUIVOS MUNICIPAIS: *IDENTIDADE LOCAL
NA EUROPA DAS REGIÕES***

NACIONALIDADE * VIANIDADE * EUROPA

LOCAIS:

GUIMARÃES E VIANA DO CASTELO

DATA:

24, 25 e 26 de Junho de 1993

ORGANIZAÇÃO:

BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - Guimarães
Arquivo Municipal de Viana do Castelo

ARQUIVÍSTICA:
ALGUMAS IDEIAS GERAIS SOBRE A DISCIPLINA
E AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

João Vieira
INETE, Instituto de Educação Técnica

Desde pelo menos a II Guerra Mundial que, no âmbito dos países de administração mais complexa, a crescente importância assumida pela Informação na gestão das organizações, bem como as consequentes mudanças verificadas nas condições e formas de produção, tratamento, conservação e difusão de documentos, vêm propiciando a renovação vocacional e metodológica da Arquivística e criando as condições necessárias à sua afirmação no grupo das *Ciências da Informação*.

Em plena "Era da Informação", a comunidade arquivística internacional está consciente de que o desenvolvimento e a consolidação da *nova* Arquivística no seio daquelas ciências, assim como a afirmação do perfil funcional dos arquivistas entre os profissionais da Informação, dependerão em boa medida, de como fôr definido e assumido o campo epistemológico da disciplina e da qualidade dos programas de investigação e de formação profissional.

Foi essa uma das mensagens mais expressiva formuladas durante o *XII Congresso Internacional de Arquivos e o IV Colóquio sobre Educação e Formação em Arquivos*, realizados, ambos, em Montreal, em Setembro de 1992, sob a égide do Conselho Internacional de Arquivos.

Entre nós, exceptuando uma ou outra tomada de posição individual, parece haver um certo alheamento quanto à questão das relações da Arquivística e dos arquivistas com as Ciências e os profissionais da Informação. Para a maior parte, ela não fará sentido nos planos da teoria e da literatura internacional.

Bastará, contudo, um breve olhar pelos Quadros de pessoal dos organismos do Sector Público Administrativo português para tomarmos consciência da oportunidade e especial pertinência de tal questão.

A análise estatística das Portarias de reformulação dos Quadros de BAD publicadas ao abrigo do n.º 1 do art.º do DL 247/91 de 10 de Julho - diplomas que, em todo o caso, deverão ser encarados como meros enunciados da política de Recursos Humanos da Administração Pública Central nas áreas funcionais da Informação - revela-nos alguns dados bastante significativos (Cf. Quadros e Tabelas em anexo). Senão vejamos:

A) Em termos de efectivos globais, a área de Arquivo surge, em relação à de Biblioteca e Documentação, em posição de nítida vantagem: cerca de 1/3;

B) Quanto à distribuição dos lugares pelo universo dos órgãos e serviços analisados, parece-nos significativo que cerca de 54% dos quadros

não prevejam a área funcional de Arquivo e que aproximadamente 67% dos lugares da área funcional de Arquivo correspondam a quadros de serviços da Administração Central desconcentrada e a Tribunais fora de Lisboa;

C) Quanto à prefiguração e desenvolvimento funcionais da área Arquivo e das suas carreiras, parece-nos importante sublinhar que:

-50,3% dos lugares desta área correspondem a quadros de serviço da Secretaria de Estado da Cultura, concretamente dos AN/TT, e 19,1% a Tribunais;

- 56,5% dos quadros com lugares de Arquivo não prevêem lugares da carreira de Técnico Superior de Arquivo;

- 48,4% dos quadros com lugares de Arquivo contam com um único lugar na área funcional; desse conjunto, 93,2% correspondem ao nível de Técnico Adjunto.

A referida análise sugere-nos as seguintes conclusões:

A) Comparativamente à área funcional de Biblioteca e Documentação, a área funcional de Arquivo tem, entre os órgãos e serviços da Administração Central, uma implantação muito reduzida. E além de reduzida encontra-se deficientemente estruturada. Trata-se de uma área sobretudo corporizada por técnicos adjuntos trabalhando, em grande parte dos casos, isoladamente e sem a orientação de técnicos superiores;

B) A representação funcional que se faz das carreiras de Arquivo é bastante redutora e, de certa forma, conservadora. De acordo com os números, o arquivista continua a ser considerado, independentemente do nível, um guardião dos valores probatório e histórico-cultural dos documentos.

É essa a imagem que a sociedade portuguesa mantém do arquivista. É aí que encontra justificação para a sua existência enquanto profissional dotado de especificidade técnica. Longe, portanto, da representação do arquivista como gestor de sistemas de informação.

Causas para esse facto existirão bastantes: desde a prolongada e paralisante hegemonia da História sobre as suas fontes mais nobres - os documentos escritos - ou a ausência de uma política nacional de arquivos que integre, de forma consistente, os valores primário e secundário dos docu-

mentos, até à inexistência, no seio dos organismos da Administração Pública, de hábitos de gestão baseados em sistemas eficazes de informação orgânica e inorgânica.

Porém, não nos interessa explorá-las no âmbito do presente trabalho. O que nos importa, isso sim, através desta comunicação, é chamar a atenção para a urgente necessidade de, também nós, arquivistas portugueses, nos reencontrarmos e nos reconciliarmos com o que julgamos ser a essência do nosso objecto de estudo e de acção e o nosso perfil funcional de técnicos de Informação e, em conformidade, apontar para as necessidades nucleares de formação profissional.

Os arquivos são uma realidade sem data, uma secreção natural própria das sociedades de todos os tempos.

Terá existido, é certo, ao longo dos séculos, um sem número de óbvias diferenças entre os arquivos, a maioria delas de natureza civilizacional:

- diferenças na forma e suporte material dos documentos;
- diferenças nas tecnologias utilizadas no processamento, transmissão, armazenamento e recuperação dos documentos;
- diferenças nas características organizacionais das entidade produtoras dos documentos;
- diferenças, inclusive, nas necessidades de conservação e utilização dos documentos.

Não obstante, estamos certos de que ninguém duvidará do carácter essencialmente arquivístico comum a conjuntos documentais tão distantes no tempo quanto o famoso acervo de tabuinhas de argila de Ninive, o fundo de pergaminhos e papéis conservado numa qualquer chancelaria da Europa medieval e moderna e uma hipotética base (inter)nacional de registos militares assente em tecnologia multimédia.

Em que consistirá, então a essência do carácter arquivístico desses documentos?

Em primeiro lugar, e citando de cor as definições clássicas, no facto de constituírem *conjuntos orgânicos* de documentos produzidos e recebidos naturalmente no decorrer de um determinado procedimento administrativo ou judicial, do qual são suporte e testemunho, simultaneamente.

Em segundo lugar, no facto da *organicidade* desse conjunto assentar num complexo de relações físicas e ou intelectuais estabelecidas entre os documentos em função de necessidades e ou contingências específicas de conservação (custódia) e comunicação.

O arquivo é, nesse sentido, o documento e o sistema documental, o conteúdo e a forma, o significado e o significante. Uma criação inevitavelmente singular cuja estrutura formal só muito insuficientemente se explicará pela estrutura orgânico-funcional da entidade criadora. Uma obra com uma identidade distinta da do seu autor.

Representar desta forma o arquivo pressupõe um olhar substancialmente diferente sobre o objecto da Arquivística, uma abertura sensível do campo epistemológico sobre o objecto da Arquivística, uma abertura sensível do campo epistemológico desta disciplina, tornando-a mais completa, integradora, coerente e socialmente eficaz, capaz de cobrir, do ponto de vista teórico e prático, o conceito de sistema de informação. Tornando-a, no fundo, mais universal, independente da diversidade dos documentos e das entidades produtoras.

Enquanto discurso estruturado sobre um conjunto de práticas, a Arquivística ter-se-á desenvolvido sobretudo a partir do século XIX, sob a influência tutelar da História e dos historiadores e bem longe dos olhares "pouco científicos" das entidades produtoras dos documentos. A longa e persistente preponderância dos utilizadores dos serviços arquivísticos sobre os arquivos ter-se-á repercutido negativamente sobre o processo de desenvolvimento da Arquivística, quanto mais não seja na medida em que impôs o seu olhar, necessariamente estático e parcial, sobre o campo epistemológico da disciplina.

Será essa, na nossa opinião, uma das principais razões que explicam a profunda e secular *obsessão* da Arquivística pela ideia de documento e de informação, em detrimento da ideia substancialmente mais rica de sistema documental e de informação.

Exemplos flagrantes desta obsessão: i) a tendência que se verifica desde o século XIX para restringir a aplicação do princípio do *respect des fonds* ao respeito pela proveniência orgânica dos documentos; ii) a pretensão relativamente recente para definir e aplicar modelos standardizados na organização de arquivos com base no argumento de uma suposta similitude documental, orgânico-funcional ou de outra ordem.

É provável que, num futuro próximo, as pressões insustentáveis da

gestão documental, a necessidade de se assegurar a unidade e continuidade do tratamento técnico de documentação ao longo das três fases do ciclo vital, a emergência e a pressão das novas tecnologias, venham a promover, também no nosso país, um efectivo reencontro do que tradicionalmente se considera as duas *vocações* da Arquivística: a administrativa e a histórico-cultural. De qualquer modo, do ponto de vista epistemológico tal só será relevante se acompanhado de uma espécie de revolução *copernicana* que opere uma transferência do olhar do documento para o sistema.

Enquanto isso, e tendo isso em vista, urge repensar os conteúdos dos programas de formação profissional.

Como em qualquer outra área funcional, a educação e a formação profissionais em Arquivística desempenham um papel fundamental na coesão interna e externa da profissão, na medida em que é através delas que são facultadas as fundações teóricas, bem como os métodos e princípios nucleares da disciplina.

Independentemente do nível profissional e dos modelos de formação, interessou-nos aqui passar em rápida revista a questão dos conteúdos e suportes pedagógicos essenciais.

Baseámo-nos, para tanto, na nossa experiência acumulada de aluno, professor, coordenador de cursos e acções de formação e coordenador e orientador de estágios profissionais.

Para além do corpo de conhecimentos de origem vária que importa interceptar, hierarquizar e capitalizar, como sejam: Ciência Administrativa, Direito, História, Sociologia, Linguística e Semiologia, Informática, Diplomática, Preservação e Conservação, etc., existe um núcleo essencial de saberes e de capacidades que, na nossa opinião, e tendo em conta o que se disse anteriormente, deverá ser estruturado em módulos tendo por base, não o critério de gestão documental - o qual promove o fraccionamento da acção técnica e do objecto de acção, o arquivo, - mas sim o critério funcional:

1- ORGANIZAÇÃO FÍSICA DE DOCUMENTOS:

Implantação, ordenação, instalação, cotação.

2 - ORGANIZAÇÃO INTELECTUAL DOS DOCUMENTOS:

Análise de conteúdo, classificação e indexação.

3 - DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS:

Identificação, registo e descrição de documentos e unidades arquivísticas, descrição de material bibliográfico, cartográfico e não-livro.

4 - CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS:

Produção, aquisição, classificação, custódia, avaliação e selecção, alienação e eliminação, remessas.

5 - COMUNICAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÃO

Estudos de utilizadores, normas e princípios, instrumentos, mecanismos e actividades, infraestruturas de comunicação.

Um módulo introdutório de ARQUIVÍSTICA deverá iniciar o formando no objecto, fim e métodos, princípios e normas da disciplina, funções profissionais, instituições e políticas arquivísticas, disciplinas auxiliares e convergentes.

Um módulo final de GESTÃO DE ARQUIVOS permiti-lo-á obter uma visão dinâmica e integrada da execução das várias funções profissionais.

Como suporte ou recurso fundamental de apoio sugerimos a utilização de laboratórios documentais pedagogicamente controlados e de exercícios de simulação, para além de contactos permanentes com a realidade dos arquivos, através, nomeadamente, de estágios e visitas de estudo.

No futuro próximo, as actuais fronteiras entre as várias Ciências da Informação tenderão a esbater-se, pelo que pensamos que a educação e a formação em Arquivística devem permanentemente promover a integração na área das referidas Ciências.

ANEXOS

		TÉCN. SUP. ARQUIVO								
		N.º de vagas por Quadro								
		0	1	2	3	4	5-10	>10	TOTAL	
TÉCN	N.º	0	54	1,4					55,4	
		1	21,6	2,9					24,5	
ADJ.	de	2	4,4	2,2	0,7	0,7			8	
		3	0,7	0,7	1,4	7,2		0,7	10	
ARQ- UIVO	por Quadro	4				1,4			1,4	
		5-10	0,7						0,7	
		>10							0	
		TOTAL	80,7	7,2	2,1	9,3	0	0,7	0	100

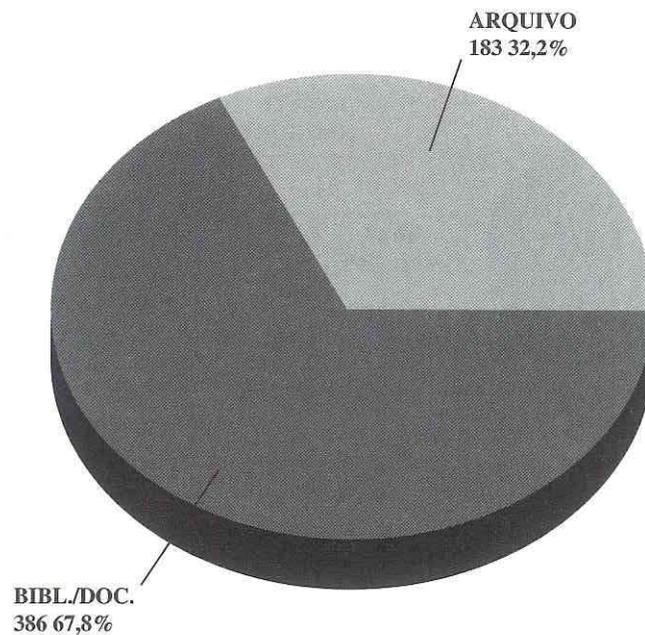
		TÉCN. SUP. ARQUIVO								
		N.º de vagas por Quadro								
		0	1	2	3	4	5-10	>10	TOTAL	
TÉCN	N.º	0	3,6	16,5	4,3	8,6			33	
		1	15,1	3,6	1,4				20,1	
ADJ.	de	2	19,2	1,4	1,4		1,4		23,4	
		3	10,8	0,7	0,7				12,2	
BIBL/ DOC.	por Quadro	4	3,6	0,7	0,7				5	
		5-10	2,1	0,7		0,7		0,7	4,2	
		>10	1,4						2,1	
		TOTAL	55,8	23,6	8,5	10	1,4	0,7	0	100

		TÉCN. SUP. ARQUIVO								
		N.º de vagas por Quadro							TOTAL	
		0	1	2	3	4	5-10	>10	TOTAL	
TÉCN SUP. BIBL/ DOC.	N.º de Vagas por Quadro	0	53		0,7	7		0,7		61,4
		1	16,9	4,2						21,1
		2	5,6	1,4	0,7					9,8
		3	2,1	0,7		2,1				2,8
		4	1,4	0,7	0,7					2,1
		5-10	1,4							1,4
		>10	1,4							1,4
TOTAL		81,8	7	1,4	9,1	0	0,7	0	100	

		TÉCN. SUP. ARQUIVO								
		N.º de vagas por Quadro							TOTAL	
		0	1	2	3	4	5-10	>10	TOTAL	
TÉCN ADJ. BIBL/ DOC.	N.º de Vagas por Quadro	0	29,3	2,1	0,7	0,7				32,8
		1	9,3	8,6	1,4		0,7			20
		2	14,6	4,3	4,3					23,2
		3	4,3	5	0,7	2,1			0,7	12,8
		4	2,1		1,4		0,7	0,7		4,9
		5-10	2,1			0,7		0,7		3,5
		>10	0,7		0,7		1,4			2,8
TOTAL		62,4	20	9,2	3,5	2,8	1,4	0,7	100	

ÁREAS FUNCIONAIS DE ARQUIVO E DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

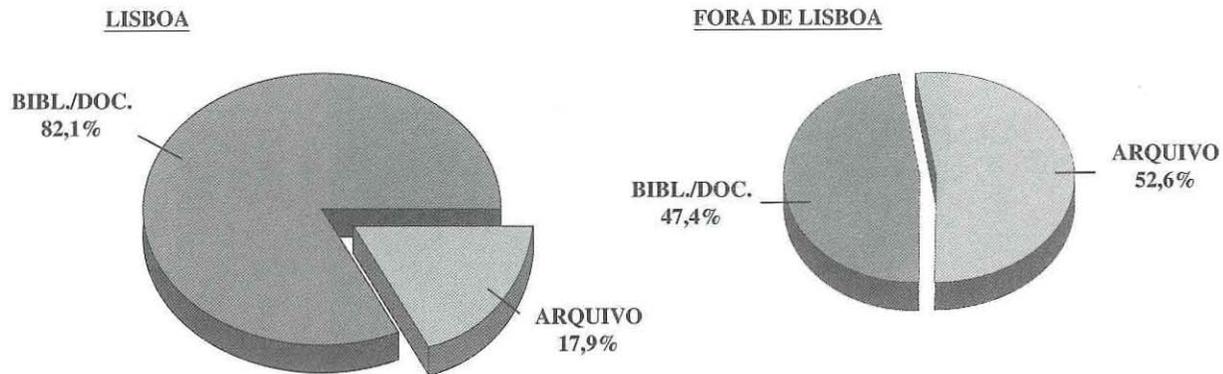
N.º TOTAL DE LUGARES DE QUADRO Janeiro 92 - Maio 93



Fonte: Portarias de alteração de quadros ao abrigo do n.º 1 do art.º 14.º do DL 247/91 de 10 de Julho

ÁREAS FUNCIONAIS DE ARQUIVO E DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

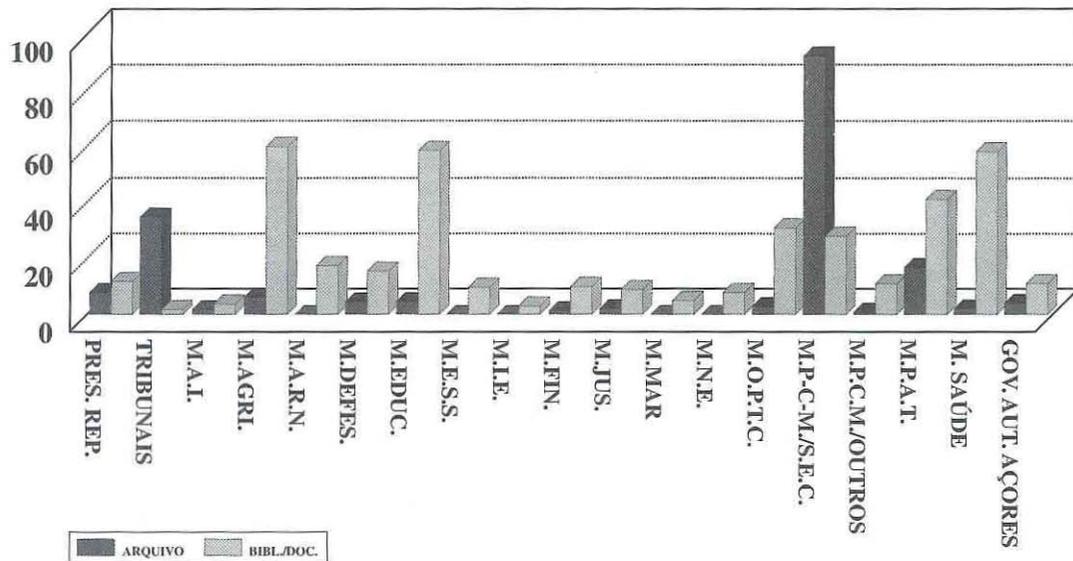
DISTRIBUIÇÃO DE LUGARES DE QUADRO POR ÁREA GEOGRÁFICA Janeiro 92 - Maio 93



Fonte: Portarias de alteração de quadros ao abrigo do n.º 1 do art.º 14.º do DL 247/91 de 10 de Julho

ÁREAS FUNCIONAIS DE ARQUIVO E DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

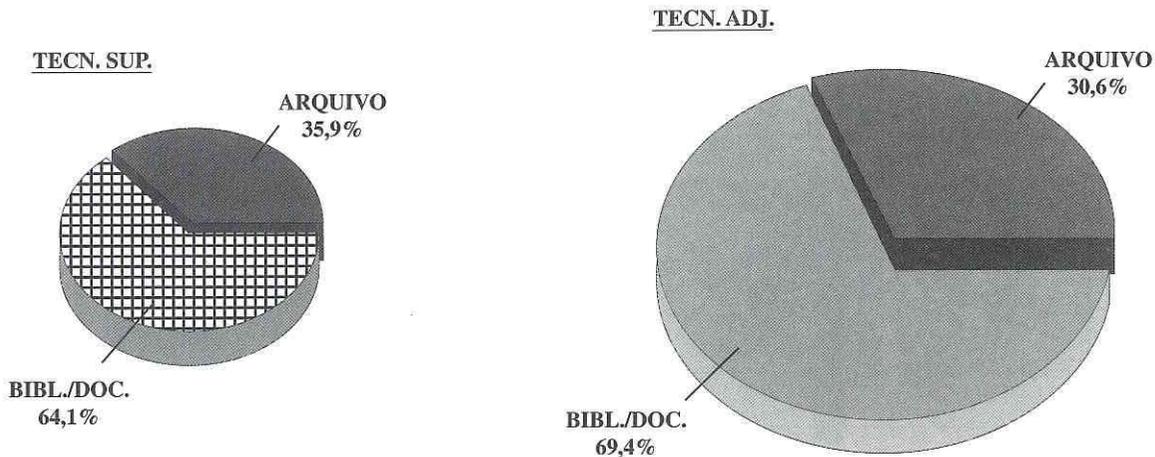
DISTRIBUIÇÃO DOS LUGARES DE QUADRO POR ORGÃO DE SOBERANIA / MINISTÉRIO Janeiro 92 - Maio 93



Fonte: Portarias de alteração de quadros ao abrigo do n.º 1 do art.º 14.º do DL 247/91 de 10 de Julho

ÁREAS FUNCIONAIS DE ARQUIVO E DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

N.º TOTAL DE LUGARES DE QUADRO Janeiro 92 - Maio 93

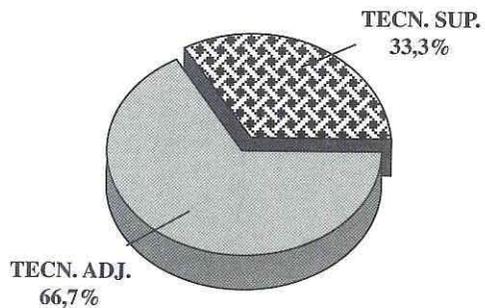


Fonte: Portarias de alteração de quadros ao abrigo do n.º 1 do art.º 14.º do DL 247/91 de 10 de Julho

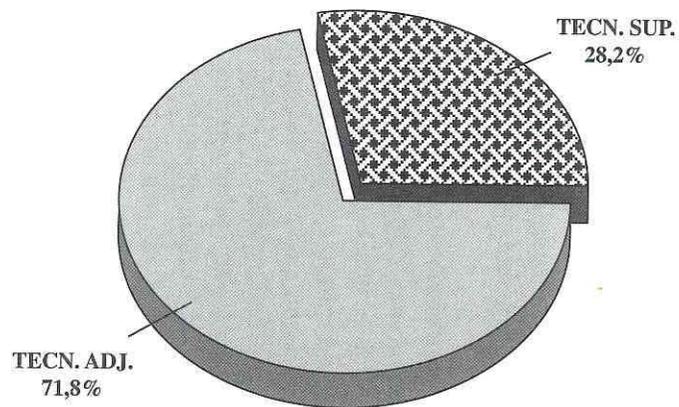
ÁREAS FUNCIONAIS DE ARQUIVO E DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

% DE LUGARES DE QUADRO POR ÁREA FUNCIONAL Janeiro 92 - Maio 93

ARQUIVO



BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO



Fonte: Portarias de alteração de quadros ao abrigo do n.º 1 do art.º 14.º do DL 247/91 de 10 de Julho